

**Senhor Presidente**

**Senhores Deputados**

Os documentos distribuídos dão a Vossas Excelências nota bastante para que seja avaliada a dotação orçamental consagrada aos sectores que tutelam, as opções de investimento e a repartição das despesas correntes e de capital.

Uma dotação global que cobre 25% do orçamento regional para 2011, não pode deixar de ser lida tendo presente a dimensão do sector e as responsabilidades governativas em matéria de educação, de desporto, de cultura, de apoio à investigação e de inovação tecnológica, abrangendo um universo de recursos humanos de mais de 12 mil trabalhadores, a maioria dos quais professores e técnicos superiores de educação e áreas afins, que nos fazem afectar à satisfação de compromissos salariais mais de 65% do orçamento global.

Conhecidas que são as dificuldades que hoje afectam a governação em geral, e a gestão das pequenas economias em particular, e não querendo de nenhuma forma colocar em causa o emprego do sector, são pedidos sacrifícios, contenção, imaginação e uma rigorosa definição de prioridades, para manter o sistema educativo, desportivo e cultural, num funcionamento sem sobressaltos, sendo certo que as medidas que vimos desde há uns anos aplicando à gestão pública, devem ser igualmente seguidas pelas instituições privadas por nós apoiadas, seja educativas, desportivas ou culturais, não se podendo conceber que, enquanto uns limitam a sua actuação aos recursos disponíveis, outros fiquem distantes de idêntico procedimento, sem perder de vista que, no caso da Educação, a opção por um ou outro sistema compete às famílias, competindo ao Governo Regional garantir a universalidade da componente educativa, onde quer que ela seja ministrada, bem como as medidas reequilibradoras dos rendimentos através de procedimentos de acção social educativa,

pelo que somos frontalmente contra quaisquer iniciativas que visem destruir o ensino privado, como as que se adivinham no espaço nacional e são também defendidas nesta casa porque, sem o mínimo respeito pelas opções individuais, pelos postos de trabalho e pela satisfação dos compromissos de investimento, defendem a sua destruição, na sequência das frequentes cedências à esquerda em que a governação nacional dos últimos anos tem sido fértil.

É, também por isso, que vimos reduzindo o apoio aos projectos profissionais de desporto, sem deixar de ter presente que tais projectos são geradores de emprego, contribuintes fiscais de peso assinalável, contribuindo hoje para as finanças públicas regionais com impostos que equilibram o investimento e os apoios públicos que lhes são facultados.

Mas, em relação ao desporto este debate orçamental deixou bem claro quem apoia o desporto e quem está contra. As instituições e os agentes

desportivos estiveram atentos e não deixarão de dar a devida resposta. E não se diga que estão contra apenas ‘algum desporto’, quando a palavra ‘desporto’ tem estado ausente de quase todos os programas eleitorais que a população tem, significativamente, rejeitado.

É por tudo o que descrevo que, tendo presente o propósito norteador de cumprir os desideratos do Programa do Governo, e fizemos opções que têm de ser compreendidas por quem usufrui dos serviços públicos e por quem nos avalia.

Não obstante todos estes circunstancialismos, não abdicámos dos propósitos de diferenciação, lutando contra os sempre presentes obstáculos constitucionais que, apesar das recomendações e metas europeias que queremos atingir, nos vemos arredados da possibilidade de diferenciar, de testar e de inovar.

Na senda dos pilares da estratégia de Lisboa (económico, ambiental e social) somos instados a

perseguir o modelo social europeu, investindo na educação e na formação, desenvolvendo uma política activa a favor do emprego qualificado e facilitando a transição para a economia do conhecimento.

Enquanto parcela de um Estado-membro somos co-responsáveis pela inovação do sistema educativo, fomentando a sua qualidade, facilitando o acesso de todos à educação e à formação, construindo o cidadão do futuro, dotado de competências-chave, como o domínio da língua materna, da uma língua estrangeira, de competências matemáticas e científicas, de competências digitais, de aptidão desportiva e de sensibilidade artística.

Só uma revisão constitucional que nos liberte das amarras das competências exclusivas da Assembleia da República nos poderá fazer caminhar num sentido que nos permita definir o investimento na educação e na formação, as medidas de combate ao abandono escolar precoce, a melhoria global das

habilitações, a revisão dos currículos, o desenvolvimento das competências-chave e a aprendizagem ao longo da vida.

Só assim poderemos caminhar definitivamente no sentido da realização pessoal, social e profissional de todos os cidadãos e de uma prosperidade económica sustentável, que garanta empregabilidade e, simultaneamente, promova os valores democráticos, a coesão social, a cidadania activa e o diálogo intercultural.

Importa agora aferir, com base nos dados oficiais, o nível de cumprimento das metas europeias de 2010:

Meta	Indicador	Fonte	PORTUGAL				MADEIRA				Meta
			2000	2007	2008	2009	2000	2007	2008	2009	
Garantir que 100% das crianças de 5 anos frequentem em 2009 a educação pré-escolar, visando chegar a 2010 com uma cobertura de 90% das crianças entre os 3 e os 5 anos.	Taxa de escolarização, na idade de 5 anos (Portugal)	GEPE/INE; OSECRA/INE	85,60%	92,6% <sup>f</sup>	92,6%		100%	100%	100%	100%	100% (2009)
	Taxa bruta de pré-escolarização (Portugal)	GEPE/INE; OSECRA/INE	73,3%	78,4% <sup>f</sup>	79,8%	83,4%	80,1%	87,7%	87,2%	87,9%	90% (2010)

Meta	Indicador	Fonte	PORTUGAL				MADEIRA				Meta
			2000	2007	2008	2009	2000	2007	2008	2009	
Generalizar o ensino do inglês desde o 1º ciclo do ensino básico: cobrir 100% dos alunos do 3º e 4º anos desse ciclo em 2006 e alargar o ensino do inglês a todos os alunos do 1º ciclo até 2009.	% de alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade do ensino básico regular abrangidos pelo ensino de inglês	GEPE OSECRA		88,80%			-	100%	100%	100,0%	100% (2008)
	% de escolas dos 3.º e 4.º anos de escolaridade do ensino básico regular abrangidas pelo ensino do inglês	GEPE OSECRA		98,90%			-	100%	100%	100,0%	100% (2008)

Meta	Indicador	Fonte	PORTUGAL				MADEIRA				Meta
			2000	2007	2008	2009	2000	2007	2008	2009	
Reduzir para metade o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário.	Taxa de retenção e desistência, no ensino básico regular (Continente)	GEPE OSECRAM	12,10%	10,00%	7,7%	7,6%	16,0%	14,4%	12,4%	11,4%	
	Taxa de retenção e desistência, no ensino secundário regular (Continente)	GEPE OSECRAM	37,00%	24,60%	20,6%	21,1%	26,4% a)	29,3%	26,6%	27,0%	

Vejam os:

- a) Já atingimos as metas de pré-escolarização;
- b) Conseguimos a generalização do ensino do Inglês, para além das metas que se limitam ao 3.º e 4.º anos;
- c) Estamos à beira de atingir a redução desejada das taxas de desistência;
- d) Estamos, por opção contra o facilitismo e porque achamos que só deve passar quem sabe, ainda distantes das metas de retenção no ensino secundário;

Seguindo a tendência hoje verificada em toda a Europa, é já notória a apetência dos jovens

madeirenses e porto-santenses pelos cursos de natureza profissional e tecnológica.

Apesar dos coros discordantes e da demagogia política dos que fazem gala em atacar, ofender e menosprezar as escolas da Madeira, os seus professores e os seus alunos que, por princípio inalterável nunca abandonaremos, não nos esquivamos a publicitar e a explicar os resultados escolares, pese embora a visão parcial e redutora que proporcionam.

Provas de Aferição de 4.º Ano

ANO	4.º Ano					
	Língua Portuguesa			Matemática		
	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas
2007	3466	90,4%	9,6%	3476	79,7%	20,3%
2008	3478	90,1%	9,9%	3475	90,6%	9,4%
2009	3311	91,3%	8,7%	3314	89,8%	10,2%
2010	3333	94,1%	5,9%	3328	91,1%	8,9%

Provas de Aferição de 6.º Ano

ANO	6.º Ano					
	Língua Portuguesa			Matemática		
	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas
2007	3712	81,8%	18,2%	3705	46,8%	53,2%
2008	3557	90,6%	9,4%	3551	73,1%	26,9%
2009	3585	85,2%	14,8%	3580	72,9%	27,1%
2010	3599	87,0%	13,0%	3580	70,3%	29,7%

## Exames Nacionais do Ensino Básico 9.º Ano

ANO	9.º Ano					
	Língua Portuguesa			Matemática		
	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas	N.º de Provas	% Positivas	% Negativas
2007	2951	77,7%	23,3%	2941	15,5%	84,5%
2008	2938	81,7%	18,3%	2942	44%	56,0%
2009	2640	67,9%	32,1%	2657	54,6%	45,4%
2010	2650	63,1%	36,9%	2682	43,4%	56,6%

No 1.º ciclo do ensino básico estamos nos 94% de positivas na Língua Portuguesa e 91% na Matemática; no 2.º ciclo, 87% e 70%, respectivamente. São estes os maus resultados de que fala toda a oposição?

No 3.º ciclo estamos acima dos 60% de positivas em Língua Portuguesa e passámos em 3 anos de 15% de positivas para 43% na Matemática. Perante isto, será que as nossas escolas merecem as críticas destrutivas com que são constantemente brindadas?

## Exames Nacionais do Ensino Secundário 11.º e 12.º Anos

ANO	11.º e 12.º Anos					
	1.ª Fase			2.ª Fase		
	N.º de Disciplinas	N.º de Disciplinas com Positiva	N.º de Disciplinas com Negativa	N.º de Disciplinas	N.º de Disciplinas com Positiva	N.º de Disciplinas com Negativa
2007	29	14	15	30	13	17
2008	25	19	6	24	13	11
2009	24	18	6	23	11	13
2010	22	16	6	19	10	9

No Secundário, os alunos da Madeira já obtêm positiva em 75% das disciplinas de exame, algo impensável há uns anos. Mas em vez do aplauso e incentivo que a comunidade lhes deve, são sempre acusadas de serem as piores escolas, terem os piores professores, abrigarem os piores alunos.

É caso para dizer, ***chega e usar as nossas escolas, os nossos professores e os nossos alunos como arma de arremesso político!***

A qualificação profissional é uma permanente preocupação ao nível das respostas que hoje proporcionamos e que, só neste actual quadro ultrapassam os 67 mil formandos, assim distribuídos:

- Inicial            6.060
- ALV                60.532 (4.950 desempregados)
- Avançada        808

Importa finalmente fazer notar as estratégias transversais e centralizadas que, de forma

continuada, vimos desenvolvendo as quais, adicionadas às estratégias individuais das escolas dentro da sua autonomia científica e pedagógica, permitiram colocar-nos, não só no ponto que já atingimos estamos, como também perspectivam o alcance das metas de 2020.

Vejamos:

- Apoio Escolar Online
- Projecto Estou n@ Escola;
- Projecto de qualidade do ar;
- Plano Regional de Leitura;
- Projecto PEGA (Paixão de ensinar gosto de aprender);
- Projecto Didactização da Língua Portuguesa
- 83 animadores sócio-culturais nas bibliotecas escolares;
- Baú de Leitura
- Triatlo Literário;
- Programa de rádio “Educando”;
- Feiras do Livro;

- Escritores nas escolas;
- Histórias a várias mãos;
- Educação Alimentar
- Educação para a Sexualidade e Afectos
- Educação Rodoviária;
- Educação Ambiental;
- Educação Parlamentar;
- Projecto Energias Sustentáveis;
- Educação para a Solidariedade;
- Projecto prevenção e socorrismo;
- Colocação de psicólogos nas escolas;
- Aposta na Educação Especial (um efectivo de 830 funcionários que todos os dias dedicam o melhor do seu saber e a sua condição de cidadãos para acompanhar, ajudar e promover a população diferente).
- A aposta na Cultura, acompanhando e apoiado os projectos de natureza cultural, formando uma nova geração de agentes culturais e disponibilizando espaços e recursos logísticos para que a cultura não seja um privilégio de alguns mas um direito de todos e, noutra

vertente, consagrando uma parte significativa dos nossos recursos na preservação e recuperação do património material e imaterial, quer ao nível do património edificado, do apoio ao associativismo e investigação cultural, quer, ainda, da valiosa contribuição do Arquivo Regional da Madeira;

- A aposta no desporto, direito das populações, quer se trate da sua prática, formal ou informal, federada ou não, quer se trate do direito dos madeirenses e porto-santenses a espectáculos desportivos de qualidade;
- A educação pelas artes e a descoberta pelos jovens e pelas suas famílias de que a carreira artística pode ser uma de continuidade de estudos, opção de vida e de profissão, muitas vezes nascida no projecto de Educação Artística a todas as crianças proporcionado, com continuidade na oferta do Conservatório e, depois, no ensino superior;
- A facilitação da relação entre o cidadão e os serviços públicos, a informatização dos

concursos de professores e da relação entre as famílias e a escola;

- A promoção da investigação através da concessão de bolsas financiadas pelo FSE, concedidas através do centro de Ciência e Tecnologia da Madeira;
- A investigação histórica e civilizacional desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos de História do Atlântico;
- A rede de bibliotecas, designadamente a Biblioteca Pública Regional, hoje um assinalável caso de sucesso na cativação para o livro e para a leitura;
- 

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Esta intervenção não esgota o tema, mas julgo ter cumprido o dever de informar que se complementa

com a maior disponibilidade para esclarecer o que  
Vossas Excelências entendam questionar.

Muito Obrigado!

Funchal, 15 de Dezembro de 2010

*Francisco Fernandes*